

ADIANDO O INEVITÁVEL

A reforma da previdência ficou para o próximo governo, o atual não foi capaz de realiza-la ao perder todo o capital político, na Câmara dos Deputados, para se livrar das duas denúncias da Procuradoria Geral da República, apresentadas contra o presidente Michel Temer. Com isso, se encerra o ciclo de reformas constitucionais do governo de transição, iniciado com o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff.

A realidade é que não existe saída fácil ou atalho para lidar com esse problema, e o adiamento da solução só a trará mais dolorida e cara. A cobrança dos grandes devedores da previdência social, apresentada como solução pelos partidos de esquerda ou aqueles comprometidos com o corporativismo de classe, deve ser feita, mas cobrem apenas parte do déficit anual do sistema.

Por outro lado, enquanto o governo não equilibrar suas contas e mostrar uma política econômica consistente e duradora que promova a retomada do crescimento da economia, o país continuará a receber rebaixamento pelas agências de risco internacional, o que significa reflexo do quadro fiscal brasileiro atual, em que o desajuste das contas públicas é grave e as perspectivas de reversão em 2018 são nulas.

A reforma das previdências pública e privada é apenas o primeiro passo em um contexto mais amplo de reformas essenciais para o Brasil avançar no século XXI. Além disso, a eficiência do setor público brasileiro tem que melhorar muito, e mais complexo ainda, a base institucional sobre a qual se assenta o serviço público impede quaisquer iniciativas no sentido de modernização e aumento de eficiência do setor.

Não encarar e buscar solucionar essa realidade é colocar o país no mesmo compasso de crescimento dos últimos anos, definitivamente, num padrão de renda média em termos mundiais, com um acentuado grau de desigualdade, e mais que isso, de falência do Estado.

As eleições de 2018 são uma oportunidade para a sociedade se manifestar a respeito e contribuir para mudar esse quadro. Contudo, o sistema político-eleitoral vigente, a descrença da sociedade nesse sistema e nas instituições de Estado, e também atual nível de politização do eleitorado contribuem para a manutenção desse *status quo*. Lamentável! A sociedade brasileira terá uma conta cara e crescente a ser paga.